

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**GUILHERME TEIXEIRA NERI**

**CONTRIBUIÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO PARA A  
SUSTENTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS  
PARECIS E DA COMUNIDADE INDÍGENA SAKURABIAT**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
Artigo Científico**

**Cacoal - RO.  
2014**

**GUILHERME TEIXEIRA NERI**

**CONTRIBUIÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO PARA A  
SUSTENTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS  
PARECIS E DA COMUNIDADE INDÍGENA SAKURABIAT**

Artigo – Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Rondônia – UNIR – Câmpus Professor  
Francisco Gonçalves Quiles para obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Suzenir Aguiar da  
Silva Sato.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O Artigo - TCC intitulado “**Contribuição do ICMS Ecológico para a sustentabilidade do município de Alto Alegre dos Parecis e da comunidade indígena Sakurabiat**”, elaborado pelo acadêmico **Guilherme Teixeira Neri**, foi avaliado e julgado, aprovado pela banca examinadora formada por:

---

Profa. Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato  
Presidente

---

Prof. Me. Adriano Tumelero  
Membro

---

Prof. Me. Charles Carminati de Lima  
Membro

---

Média

**Cacoal - RO**  
**2014**

# **CONTRIBUIÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO PARA A SUSTENTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS E DA COMUNIDADE INDÍGENA SAKURABIAT**

Guilherme Teixeira Neri<sup>1</sup>

**Resumo:** O ICMS Ecológico é um importante instrumento econômico criado como alternativa na gestão sustentável e ambiental de áreas protegidas, bem como de incentivo financeiro para os municípios que abrigam esses importantes ativos ambientais. Nesse sentido, o presente artigo faz uma análise da contribuição do ICMS Ecológico para a sustentabilidade do município de Alto Alegre dos Parecis e da comunidade indígena Sakurabiat, tomando-se como base a comparação de municípios onde a aplicação desses recursos acontece de forma assimétrica. Para tanto foi utilizado como metodologia um estudo qualitativo-descritivo, com utilização de roteiros de entrevistas aplicados a gestores municipais, servidores da FUNAI e indígenas no período de dois meses, utilizando-se de autores e obras com produções nos temas: ICMS Ecológico, Unidades de Conservação, Sustentabilidade e Governança Ambiental na Amazônia e Povos Indígenas Sakurabiat. Os resultados demonstraram que o ICMS Ecológico é um indispensável instrumento econômico para a preservação da biodiversidade e gestão de territórios indígenas. No entanto existe pouco comprometimento dos gestores municipais em dar a destinação adequada aos recursos auferidos.

**Palavras chave:** ICMS Ecológico, sustentabilidade, povo indígena Sakurabiat

## **1 INTRODUÇÃO**

A necessidade em se preservar o meio ambiente tem origem no surgimento do ser humano no planeta terra, que ao longo do tempo tem utilizado o seu ímpeto transformador como uma vocação, transformando tudo a sua volta.

Por muito tempo a consciência preservacionista esteve encubada pela ideologia do crescimento econômico. Hoje, em pleno século XXI, a vocação transformadora do ser humano tem o grande desafio de conciliar sua capacidade transformadora com a capacidade de gerir melhor seus recursos naturais sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras.

---

<sup>1</sup> Acadêmico concluinte do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus Prof. Francisco Gonçalves Quiles, sob a orientação da profa. Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato.

Com a velocidade com que vem ocorrendo à degradação do meio ambiente, se torna cada vez mais inadiável a interiorização de sua proteção e inclusão nas políticas públicas, criando-se uma ligação umbilical entre meio ambiente e a economia (PEREIRA, 2013).

Os governos a partir de discussões sobre mecanismos a serem utilizados como forma de incentivar a preservação ambiental criou o ICMs Ecológico, uma forma de redistribuição do ICMS para os municípios que tenham em seu território Unidades de Conservação (ALMEIDA, 2009).

A distribuição do ICMs Ecológico é feita a partir de 25% de todo o ICMS arrecadado pelo Estado, divididos por meio de índices que são apurados considerando a análise de diversos fatores, onde um cumpre papel mitigador ao considerar a diminuição das áreas para exploração econômica dos municípios que possuem unidades de conservação, cumprindo também a função incentivadora à preservação ambiental. Segundo Tupiassu (2004), “Não se trata de uma nova modalidade de tributo ou de uma espécie de ICMS, mas de um indicador de maior destinação de parcela deste imposto aos municípios mais sensíveis às questões ambientais”.

O conceito de desenvolvimento sustentável criado durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como ECO 92, e apregoada pelos movimentos ambientalistas tem alcançado um número cada vez maior de adeptos e incentivadores.

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável foi criado durante a ECO 92, e o traduz como o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades de geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (ALMEIDA, 2009).

Nesse contexto e considerando a função do ICMs Ecológico, vale saber: Como o ICMs Ecológico pode contribuir para a sustentabilidade de municípios e de comunidades indígenas?

Assim, vislumbrando responder o problema de pesquisa o objetivo da pesquisa é de verificar a contribuição do ICMs Ecológico para a sustentabilidade do município de Alto Alegre dos Parecis (RO) e da comunidade indígena Sakurabiat, e qual a significância do ICMs Ecológico dentro do contexto orçamentário e de que forma a população se beneficia deste.

Pelo conceito e o montante repassado aos municípios existe a possibilidade do ICMs Ecológico contribuir com as discussões em torno da sustentabilidade de municípios para a melhoria da qualidade de vida, principalmente, dos povos tradicionais.

A metodologia adotada foi de um estudo qualitativo-descritivo que se utilizou de pesquisa bibliográfica apoiando-se em livros, artigos publicados em periódicos, dissertações e outros materiais referentes ao tema. No que tange a dados primários, utilizou-se a pesquisa de campo, apoiada em 03 roteiros de pesquisa semi-estruturados, com perguntas abertas e fechadas que foram aplicados a gestores municipais e a servidores da FUNAI (gestor/tutor dos povos tradicionais) e aos representantes do clã dos povos indígenas do município, no intuito de levantar de que forma o ICMS Ecológico pode contribuir para a sustentabilidade do município de Alto Alegre dos Parecis (RO) e para a sustentabilidade do povo Sakurabiat naquele município. A pesquisa foi aplicada, também ao município de Juína (MT), onde tais benefícios já são fatos, para verificar tal contribuição, aplicando-se o questionário ao gestor municipal, coordenador regional da FUNAI e ao representante da associação indígena do povo Cinta Larga, no intuito de comparar os dados.

Os principais resultados demonstraram que o ICMS Ecológico tem contribuído para o aumento da receita de ICMS, no entanto os investimentos em ações e políticas sustentáveis se apresentam de forma pouca expressiva. A pesquisa apontou também que o ICMS Ecológico tem grande potencial para estimular o desenvolvimento sustentável de municípios e povos tradicionais, porém, é necessário que o Governo Federal crie sua própria ferramenta no sentido de compensar os municípios pela diminuição de suas áreas de exploração econômica, afinal o alcance dos benefícios gerados pela manutenção de áreas verdes perpassa as fronteiras municipais.

O presente trabalho, além da presente introdução, constam também o referencial teórico composto pelos temas: ICMS Ecológico, Unidades de Conservação, Sustentabilidade e Governança Ambiental na Amazônia, Povos Indígenas Sakurabiat, as considerações finais e as referências.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesse item será tratado das abordagens que darão subsídios a presente pesquisa que tem como foco o ICMS Ecológico, um instrumento econômico capaz de gerar receita aos municípios e maximizar as práticas sustentáveis potencializando a criação de novas unidades de conservação.

Os principais temas são: O ICMS Ecológico, Unidades de Conservação, Sustentabilidade e Governança Ambiental na Amazônia e Povos Indígenas Sakurabiat.

## 2.1 O ICMS ECOLÓGICO: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS teve sua origem em 1922, na República Federativa do Brasil, por meio da Lei Federal nº 4.265 de 31 de dezembro de 1922, posteriormente na constituição de 1934, esse imposto ganhou cara nova recebendo o nome de Imposto Sobre Vendas e Consignações, envolvendo tanto comerciantes, quanto produtores, inclusive os industriais (JOÃO, 2004).

Em 1º de dezembro de 1965, no governo do Presidente Castelo Branco (1964 – 1967) deu-se uma nova roupagem ao Sistema Tributário Nacional, onde por meio da Emenda Constitucional nº 18, transformou-se o imposto sobre vendas no imposto sobre circulação de mercadorias – ICM, onerando o valor agregado das vendas e não o ato de vender em si. Mais adiante na Constituição de 1988, seu alcance é ampliado com a incorporação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e de comunicação, passando a chamar-se ICMS, com caráter exclusivamente fiscal, fornecendo receitas aos estados e municípios (HEMPEL, 2006).

O ICMS é um imposto de competência estadual, sendo uma das principais fontes de receita tributária dos estados e municípios (LOUREIRO, 2009). O artigo 158 da Constituição Federal de 1988 trata da arrecadação do ICMS, e estabelece que 75% do valor arrecadado deve ser destinado aos Estados para sua manutenção e 25% sejam distribuídos para os municípios (PEREIRA, 2013) podendo essas receitas ser utilizadas segundo a conveniência e oportunidade de cada ente federado.

A distribuição dos 25% do produto da arrecadação do ICMS no Estado de Rondônia, leva em consideração os índices de participação dos municípios apurados anualmente na forma estabelecida pela Lei Complementar Federal nº 63, de 11 de janeiro de 1990, na Lei Complementar Estadual nº 115, de 14 de junho de 1994 e no Decreto Estadual nº 11.908, de 12 de dezembro de 2005, por meio de fatores detalhados na figura 1.

Conforme se observa a partir da figura 1, o Valor Adicionado Fiscal – VAF compõe o fator com a maior parcela do repasse Estadual, isso por que o texto constitucional vinculou o percentual de 75% de toda a receita do ICMS recebido, para o VAF dos municípios, atribuindo ao gestor estadual a competência para estabelecer os critérios a serem adotados quanto à distribuição dos 25% restantes.

As discussões em torno da questão ambiental têm ganhado a atenção de organismos nacionais e internacionais, estimulando a iniciativa de políticas públicas ambientais voltadas

para a utilização de instrumentos econômicos com o objetivo de minimizar os crescentes problemas ligados à preservação e conservação do meio ambiente.

**Figura 1** – Distribuição do ICMS no estado de Rondônia



Fonte: PEREIRA (2013).

O primeiro Estado a adotar critérios ambientais para transferência de receitas foi o Paraná, no ano de 1991. A compensação de caráter extrafiscal, objetivou compensar municípios pela perda de recursos tributários em função de áreas com restrição de uso em seus territórios (JOÃO, 2004).

Nesse contexto o ICMs Ecológico surgiu como alternativa de gestão ambiental com a missão de minimizar os problemas ambientais, isso por que, cumpre papel fundamental nas receitas municipais, não sendo um aumento da alíquota já em vigor ou um novo tributo, mas uma alternativa para maximizar o repasse da cota-parte a que tem direito os municípios (VICENTE, 2004).

A experiência do Paraná encorajou diversos outros Estados brasileiros a editarem leis com o mesmo propósito, no entanto, cada qual vinculando critérios de repasse que melhor atendessem aos interesses da população local e suas peculiaridades.

Dividido em cinco grandes regiões Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, o Brasil apresenta unidades federadas que passaram a considerar para fins de distribuição do ICMS diversos fatores ambientais, com leis próprias e alíquotas variando de 0,5% em São Paulo a 13% no Tocantins essas regiões apresentam o seguinte cenário de adesão à



distribuição do ICMS Ecológico: Centro Oeste (2), Nordeste (4), Norte (4), Sudeste (3) e Sul (3), num total de 16 Estados brasileiros.

### **2.1.1 ICMS Ecológico em Rondônia**

O surgimento do ICMS Ecológico em Rondônia deu-se em 1996 por meio da Lei Complementar Estadual nº 147, de 15 de janeiro de 1996. Neste caso, o critério adotado foi o ambiental, diferentemente de outros Estados que adotaram também, outros parâmetros tais como: sociais, econômicos e de qualidade de vida. No caso de Rondônia a mudança trazida pela nova legislação significou a inclusão do fator Unidade de Conservação, bem como, a diminuição do índice do fator Igualitário de 19% para os atuais 14% (BENSUSAN, 2008).

No Estado de Rondônia o Decreto Estadual nº 11.908, de 12 de dezembro de 2005, disciplina a coleta de dados, a metodologia de cálculo do valor adicionado e demais fatores de agregação para fins de apuração dos índices de participação dos municípios rondonienses no produto da arrecadação do ICMS. Os vinte e cinco por cento vinculados aos municípios são transformados em cem por cento, repassados segundo critérios fixados na forma de fatores conforme previsto no Decreto Estadual nº 11.908 de 2005. Seis são os fatores que compõe o índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS, são eles: Valor adicionado – 75 %, Superfície Territorial – 0,5%, População – 0,5%, Produção Total – 5%, Unidade de Conservação – 5% e Divisão Igualitária – 14%.

O modelo rondoniense foi edificado sob os critérios UC e terras indígenas, com destaque para a possibilidade de redução dos repasses vinculados ao fator UC nos municípios onde haja violações das normas que regem essas áreas protegidas. Como se verifica o Estado de Rondônia não adotou o critério qualitativo ao estabelecer o ICMS Ecológico, abrindo mão de incrementar o processo de regularização, planejamento, implementação e manutenção das UC, além de renegar a grande oportunidade de melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas (BENSUSAN, 2008).

No Estado de Rondônia, verifica-se que o ICMS Ecológico tem um caráter marcadamente compensatório, mais do que em qualquer outro estado onde esse instrumento foi implantado, isso por que mais de 30% do seu território é considerado área de preservação ambiental (HEMPEL, 2006).

Segundo Hempel (2006), para muitos dos municípios rondonienses que possuem baixa movimentação econômica e baixa produtividade do setor primário, a existência de UC tem contribuído significativamente para a manutenção das receitas dos entes municipais.

Os instrumentos regulatórios estabelecidos pelo Estado brasileiro têm oferecido mecanismos que possam mitigar os efeitos colaterais causados ao meio ambiente, oriundos do crescimento econômico, no entanto, são os instrumentos econômicos que certamente proporcionarão os resultados que o Governo tanto espera quando da instituição daqueles instrumentos. Isso, porque os instrumentos econômicos proporcionam certo retorno financeiro, o que não acontece com os regulatórios que impõe obrigações que oneram ainda mais o setor produtivo (TUPIASSU, 2004).

Nesse contexto, a correlação das funções compensatórias e a incentivadora corroboram com a teoria dos instrumentos econômicos (BENSUSAN, 2002). A função compensatória bonifica os entes municipais limitados ao uso dos seus territórios em virtude da existência de unidades de conservação sob suas jurisdições. Os municípios com restrição de uso do solo auferem um montante menor da cota-parte do ICMS quando da sua repartição, pois, normalmente tem menos atividades geradoras de arrecadação. A função incentivadora como o próprio nome sugere, desperta os municípios para as vantagens em se criar ou ampliar unidades de conservação em seus territórios. No entanto nos Estados onde não se adota o critério qualitativo na definição dos índices, o impacto do incentivo poderá ser mitigado em razão dessa limitação (BENSUSAN, 2002).

Segundo Loureiro (2009), a dimensão qualitativa, compreende além dos aspectos ligados à existência de espécies da flora e fauna, insumos necessários disponibilizados à área protegida, com a intenção de obter a melhoria do seu processo de gestão. Já a dimensão quantitativa, considera a superfície da área protegida na relação com a superfície total do município onde estiver contida.

Pereira (2013) define bem as características dos critérios quantitativos e qualitativos relacionados ao ICMs Ecológico, quando afirma que o critério biodiversidade (unidades de conservação, terras indígenas, comunidades tradicionais, recuperação de áreas degradadas), adotado por todos os Estados está diretamente relacionado ao conceito de quantitativo, enquanto outros critérios tais como: coleta, processamento e destinação adequada do lixo, conservação do patrimônio histórico, conservação dos mananciais de abastecimento, conservação dos solos e controle de queimadas, estão relacionados ao conceito de qualitativos.

## 2.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A necessidade em se preservar a fauna e a flora, os rios e mares, elementos indispensáveis para o equilíbrio da biodiversidade, já era reconhecido ao longo da história por muitos povos e civilizações pelos mais diversos motivos: mitos, fatos históricos marcantes, proteção de fontes de água, caça, plantas medicinais e outros recursos naturais.

Schneider (2009) considera que o principal marco no surgimento de áreas preservadas no mundo, foi a Declaração de Bali, realizado na Indonésia, em 1982, no III Congresso Mundial de Parques, onde a importância das áreas naturais é defendida como solução para a conservação da biodiversidade.

Foi em 1937 o surgimento do primeiro Parque Nacional Brasileiro, o de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, dando início ao processo de criação de diversas unidades de conservação em território brasileiro. No ano de 1965 com a aprovação do Novo Código Florestal, regulamentou-se a criação de unidades de preservação ambiental, porém, essa previsão no ordenamento jurídico brasileiro não refletiu de forma expressiva no surgimento de novas áreas protegidas (SCHNEIDER, 2009).

As instituições formais no Brasil responsáveis pela conservação da biodiversidade tiveram maior destaque na década de 1980. Um avanço significativo foi à definição da política nacional de meio ambiente, na qual este é considerado patrimônio nacional (PEREIRA, 2013).

Para Pinto (2013), a forma mais eficiente de se preservar o ecossistema brasileiro é por meio das UC, espaços territoriais, legalmente instituídos pelo poder público.

No Brasil, a proteção de áreas naturais acontece por meio de UC, estratégia extremamente eficaz para a manutenção dos recursos naturais em longo prazo. Nesse sentido, o governo brasileiro, instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Essa lei é considerada um avanço significativo para a criação de novas unidades de conservação, facilitando também, a gestão dessas UC nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal.

Segundo a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as unidades de conservação também são definidas como sendo: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Classificadas em duas categorias, grupo de proteção integral e grupo uso sustentável, as UCs ganham força como mecanismos de proteção da biodiversidade.

Proteção integral são aquelas UCs que têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-a, o quanto possível, da interferência humana, só se admitindo o uso indireto dos recursos naturais. As de uso sustentável compreendem as UC cujo objetivo básico é associar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais, garantindo assim, a longevidade dos recursos naturais renováveis (ICMBIO, 2013).

As unidades de conservação elencadas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 são apresentadas no quadro 1.

**Quadro 1 – Tipos de unidades de conservação**

| <b>Proteção Integral</b>                 | <b>Características</b>  |
|--|---|
| Parque Nacional                          | Áreas que apresentam características naturais destinadas a pesquisas científicas e educação ambiental;  |
| Reserva Biológica                        | Unidade de conservação destinada a abrigo de espécies da fauna e da flora com importante significado científico;  |
| Reserva Ecológica                        | Área de conservação permanente, que objetiva a proteção e a manutenção de ecossistemas;   |
| Estação Ecológica                        | Espaços destinados à realização de pesquisas básicas aplicadas à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação ambiental;   |
| Refúgio de Vida Silvestre                | Área destinada à proteção dos ambientes naturais para a reprodução de espécies da flora local e da fauna migratória;  |
| <b>Uso Sustentável</b>                   | <b>Características</b>  |
| Áreas de Proteção Ambiental              | Unidade de conservação destinada ao desenvolvimento sustentável, sendo que em algumas áreas é permitido o desenvolvimento de atividades econômicas, desde que haja a proteção da fauna, da flora e da qualidade de vida da população local; |
| Floresta Nacional                        | Unidade de conservação estabelecida para garantir a proteção dos recursos naturais, sítios arqueológicos, desenvolvimento de pesquisas científicas, lazer, turismo e educação ambiental;  |
| Reserva Extrativista                     | Espaço utilizado por populações locais que realizam o extrativismo vegetal e/ou mineral. Essa unidade de conservação objetiva a realização da atividade econômica de forma sustentável;   |
| Reserva da Fauna                         | Área destinada ao estudo sobre o manejo econômico e sustentável das espécies nativas;   |
| Reserva de Desenvolvimento Sustentável   | Visa à preservação da natureza de modo que a qualidade de vida das populações tradicionais seja assegurada;   |
| Reserva Particular do Patrimônio Natural | Área privada que tem por objetivo conservar a diversidade biológica.  |
| Área de Relevante Interesse Ecológico    | Área que abriga espécies raras da fauna e flora e que possui grande biodiversidade;   |

**Fonte:** Cerqueira (2013).

Como se verifica (quadro1), as terras indígenas não compõem o grupo das UC no seu sentido “*stricto sensu*”, todavia, elas fazem parte das áreas de preservação ambiental. Importante ressaltar que as reservas indígenas são administradas pela Fundação Nacional do

Índio – FUNAI, enquanto todas as UC elencadas pela tabela 1 (anexo) são geridas no âmbito federal pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Considerado um país megabiodiverso, o Brasil, já perdeu muitas áreas verdes para a ocupação humana, eliminando assim, muitas espécies de animais e plantas.

Signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica, o Brasil se comprometeu em proteger até o ano de 2010, 10% da área de cada bioma brasileiro. Esse compromisso tem impulsionado o governo brasileiro a criar novas UC. Além desse compromisso, a criação de uma UC geralmente se dá quando surge uma demanda da sociedade para a proteção de áreas de proteção biológica e cultural ou de beleza cênica, ou mesmo para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais, priorizando àquelas que estão sob forte pressão antrópica (MMA, 2013).

Existem no Brasil sete biomas, são eles: Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Marinho (ICMBIO, 2013).

Segundo Almeida (2009), “As Unidades de Conservação (UCs), são imprescindíveis para a distribuição do ICMs Ecológico aos municípios. Essas unidades têm o objetivo de conservar a biodiversidade”. Na mesma linha de pensamento, Simioni (2009), defende que um dos principais instrumentos de conservação e manejo da biodiversidade utilizados pelos Estados para a repartição do ICMs Ecológico é a unidade de conservação.

Quando criam ou mesmo, ampliam uma unidade de conservação os municípios além de contribuírem para a preservação do meio ambiente, se beneficiam pelo incremento na arrecadação da cota-parte do ICMS (ALMEIDA, 2009).

No ordenamento jurídico do Estado de Rondônia o Decreto nº 11.908, de 12 de dezembro de 2005, cita que as UC compreendem as áreas protegidas e estabelecidas em ecossistemas significativos do território estadual no âmbito administrativo do Governo Federal, Estadual ou Municipal, nas categorias de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque, Monumento Natural, Área de Proteção Ambiental, Reserva Indígena, Floresta, Reserva Extrativista e outras incluídas em quaisquer categorias de unidade de conservação, criadas por lei ou decreto municipal, estadual ou federal.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, é o órgão responsável no Estado de Rondônia pela formulação e o acompanhamento das políticas públicas de meio ambiente, a promoção e a valorização socioambiental e a conservação da biodiversidade.

As UC no Estado de Rondônia são cinquenta e três, sendo que quarenta e uma estão sob a gestão do estado e doze sob gestão federal. O conjunto de unidades de conservação das

instâncias federal e estadual somam 5.320.777 ha, o que corresponde a 22% da extensão territorial do Estado de Rondônia, tabela 1 (anexo).

### 2.2.1 Terras Indígenas

As terras indígenas traduzem um sistema de crenças e conhecimentos dos povos indígenas, por isso, têm sua relevância não só na ocupação de determinado espaço geográfico, mas principalmente na sua importância sociocultural para os povos tradicionais.

Segundo Gallois, (2004), “A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete a construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.” Data do período Imperial a primeira lei que tratou de regulamentar a propriedade privada no território brasileiro, assegurando o direito territorial dos índios sobre a terra. Entretanto, logo depois foram expedidas novas instruções que comprometeram os direitos que ele mesmo objetivou garantir, pois, passou-se a considerar devolutas todas as terras das aldeias que tivessem sido abandonadas pelos índios. Esse fato permitiu que os dirigentes das províncias passassem a atestar que terras indígenas haviam sido abandonadas (ARAÚJO, 2004).

Nos anos que se seguiram o governo criou o Serviço de Proteção ao Índio - SPI em 1910, porém, sem poderes para reconhecer terras indígenas. A demarcação de áreas indígenas só acontecia a consenso de governos estaduais e municipais. Esse cenário perdurou até a década de 1960 quando o governo Janio Quadros veio quebrar o modelo até então vigente (ARAÚJO, 2004).

Na década de 1960 o governo federal deu início à demarcação de terras em maior extensão para os povos indígenas. Foi nesse momento, inclusive com a criação do Parque Nacional do Xingu, que os movimentos ligados à causa indígena viram a intenção do poder público em preservar os direitos sobre a terra desses povos (SANTILLI, 2004).

A ratificação da vontade do poder público em garantir os direitos dos povos indígenas sobre a ocupação e uso das terras por eles ocupadas veio em 1988 por meio da Constituição Federal, onde segundo o Art. 231, §1º ficou estabelecido que:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Art. 231, §1º, CF/1988).

A contribuição das terras indígenas para o meio ambiente pode ser percebida pela sua taxa de ocupação no território brasileiro. Segundo o site De Olho nas Terras Indígenas (2013) as terras indígenas ocupam 13% de todo o território brasileiro.

No Estado de Rondônia 26% de todo o seu território é ocupado por 26 Terras Indígenas sob a responsabilidade da FUNAI, sendo as maiores as terras indígenas: Uru-Eu-Wau-Wau com 1.867.120 ha, Aripuanã com 1.603.250 ha e Massaco com 421.895 ha. A terra indígena Rio Mequéns possui 107.553 ha (DE OLHO NAS TERRAS INDÍGENAS, 2013).

### 2.3 SUSTENTABILIDADES E GOVERNANÇA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Os desafios postos pela implementação de economias sustentáveis tem assumido um papel de destaque no cenário global principalmente quando se refere às dimensões do desenvolvimento sustentável vinculado a fatores econômicos e sociais. Isso por que o impacto causado pela presença do ser humano no meio ambiente tem sido responsável por consequências cada vez mais complexas tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

A problemática da sustentabilidade ganha maior repercussão quando trazida para o bioma da Amazônia brasileira, pois, os números impressionam quando se faz referência a grande biodiversidade ali existente. A Amazônia abriga uma das últimas extensões contínuas de florestas tropicais úmidas do planeta, detendo cerca de 1/3 do estoque genético planetário. Estima-se que existam na região cerca de 60.000 espécies de plantas, 2,5 milhões de espécies de artrópodes (insetos, aranhas, centopéias etc.), 2.000 espécies de peixes e 300 de mamíferos (ALBAGLI, 2001).

O atual modelo de exploração vigente na Amazônia brasileira tem sido o responsável pela predação de seus recursos naturais. Um novo modelo de desenvolvimento firmado em atividades econômicas dinâmicas e sustentáveis pode ser a opção mais adequada a garantir a preservação da imensa riqueza representada pela floresta amazônica, transformando o cenário de fortes incertezas quanto à perpetuação da espécie humana em benefícios para toda a humanidade (BRASIL, 2008).

Outro fator que contribui para o crescimento do desmatamento e degradação do bioma Amazônico é a exploração da agricultura e pecuária. Juntas promovem o aumento de queimadas e incêndios descontrolados com consequente ampliação de incêndios florestais gerando a perda da cobertura florestal (MOTA; GAZONI, 2012).

A fim de mitigar os impactos sobre a Amazônia brasileira o governo vem implementando diretrizes por meio do Plano Amazônia Sustentável - PAS , visando salvar a floresta das consequências de uma ocupação sem planejamento sócio-econômico-ambiental.

Nesse contexto uma das medidas adotadas tem sido a manutenção e recomposição de florestas, fomento do manejo florestal e reforço às ações de criação de Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável, aprimoramento e agilizando o processo de homologação dos planos de manejo, fortalecendo as cadeias produtivas, diversificando os sistemas produtivos em bases sustentáveis, recuperando as áreas degradadas, prevenindo e realizando o controle das queimadas. Outra diretriz não menos importante é a que prevê ações quanto às terras indígenas, regularizando as já existentes e fortalecendo a capacidade de promover a elaboração dos planos de gestão territorial da Fundação Nacional do Índio (MOTA; GAZONI, 2012).

As florestas brasileiras constituem elementos fundamentais para a manutenção de processos ecológicos e um importante ativo econômico para o Brasil. Fomentar a produção sustentável com inovação e competitividade é mais uma das propostas do Governo brasileiro como uma importante estratégia para minimizar a pressão sobre os recursos naturais da floresta Amazônica. A situação de ocupação desordenada com graves distorções socioeconômicas e danos ambientais, só poderá ser alterada com a adoção de um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável, que promova a elevação da qualidade de vida da população regional e assegure a preservação de seu inestimável patrimônio natural(MEDEIROS et al, 2011).

O potencial econômico decorrente da exploração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros para as UC localizadas no bioma Amazônia quando explorados de forma sustentável podem contribuir para a redução por demanda de produtos de origem ilegal e contribuir para a redução do desmatamento. Outra contribuição nessas áreas seria a integração da comunidade ao processo produtivo, incrementando a renda familiar e reduzindo a extração ilegal de recursos naturais e a degradação da biodiversidade presentes nessas áreas (MEDEIROS et al, 2011).

Nesse contexto a compreensão da governança ambiental na Amazônia é de suma importância para a implementação de políticas sustentáveis. A governança ambiental no Brasil, remonta ao período da colonização. O processo de formulação e execução das políticas públicas mudou continuamente desde o período do descobrimento, saltando de um modelo autoritário e burocrático para modelos mais democráticos e participativos induzidos pelas mudanças nas políticas internacionais, e por problemas econômicos, sociais e ambientais



baseados em modelos de desenvolvimento, de resultados imediatistas, visando o lucro, e sem compromisso com as causas ambientais (CÂMARA, 2013).

A Amazônia pela sua localização geográfica e pelas recentes políticas de colonização datadas do século XX teve sua ocupação sentida mais fortemente a partir do ano de 1970. Embora extensas áreas ainda permaneçam intactas, a taxa de perda da floresta é dramática, com isso a maior preocupação está relacionada à perda da biodiversidade e aos impactos climáticos (FEARNSINDE, 2005).

O processo de ocupação da Amazônia teve início com a criação dos planos para construção da rodovia Transamazônica e do Programa de Integração Nacional – PIN, anunciados em junho de 1970 pelo então presidente Médice. Na ocasião foram enfatizados fatores sociais como justificativas para estes programas, bem como benefícios econômicos para o país, este, explicado pela política de crédito agrícola que permitiria aos produtores produzir excedentes para exportação. No entanto o objetivo central era resolver as questões da pobreza no nordeste brasileiro e a sua superpopulação (FEARNSINDE, 1987).

O período de forte incentivo à ocupação das terras amazônicas, foi seguido pela expansão do desmatamento na Amazônia, explicada em parte pela forma de colonização adotada, onde para se reivindicar a posse da propriedade era necessário comprovar o desmatamento da área pretendida, provando que já morava e trabalhava nela há pelo menos um ano (IMAZON, 2005).

A extração ilegal de madeira aumenta o seu impacto sobre a biodiversidade, haja vista, que o corte ilegal é feito sem qualquer medida para reduzir os danos causados ao meio ambiente ou aumentar a sua sustentabilidade, isso por que muito da madeira ilegal é proveniente de áreas indígenas ou de unidades de conservação e também em razão da dificuldade em competir num mercado onde o grande volume de madeira ilegal torna inviável economicamente o manejo florestal (FEARNSIDE, 2003).

A cultura de desmatamento da época da ocupação da Amazônia tem seus reflexos ainda nos dias atuais. Levantamento do desmatamento da Amazônia realizado em 2011 pelo projeto PRODES evidenciou que o desmatamento nos últimos anos, 1988 a 2010, girou em torno de 6,4 e 7,4 milhões de hectares, representando uma melhora significativa, mas ainda muito elevada para um bioma com as características do amazônico (REYDON, 2011).

Estudo realizado sobre a pressão humana em áreas protegidas evidenciou que a pressão nessas áreas é bem inferior na comparação com áreas não-protegidas. Esse estudo apontou, que nas áreas protegidas o desmatamento foi de 1,3% - muito menor do que os 17% fora das áreas protegidas. Importante observar ainda, a pequena diferença entre as zonas de

influência de calor recentes em áreas protegidas e não-protegidas, isso se explica pelo fato de que a ocupação humana recente está se aproximando das unidades de conservação.

A existência de pressão humana em terras indígenas e reservas de uso sustentável são facilmente identificadas, uma vez que a agricultura de corte e a queima são permitidas nessas áreas. Outro fator que contribui para a pressão humana em terras protegidas é atribuído à proximidade dessas áreas com estradas oficiais. Assim, o aumento da infra-estrutura de transporte sem a melhoria correspondente na capacidade de fiscalização são fatores que podem agravar a pressão humana nas UCs (IMAZON, 2005).

O estudo realizado ainda identificou que a melhor opção para criação de novas UCs, seriam as áreas protegidas consideradas de baixa intensidade de uso e ocupação, no entanto seus custos de implantação seriam elevados dados os interesses já existentes. A solução para esse desafio seria apostar na criação de novas áreas preservadas incluindo florestas nacionais/estaduais, em áreas livres de pressão humana, mesmo por que seus custos seriam bem inferiores. Segundo o mesmo estudo, aproximadamente um milhão de km<sup>2</sup> de terras consideradas prioritárias para o estabelecimento de UCs de proteção integral estão livres dessa pressão (IMAZON, 2005).

Nesse sentido, construir um enfoque estratégico de longo prazo que envolva discussões quanto à necessidade de práticas e técnicas sustentáveis ligadas a políticas de governança ambiental que possibilite um programa de trabalho coerente entre as instituições de várias esferas e segmentos objetivando responder rápida e efetivamente aos desafios e gargalos ambientais existentes e, defender a criação de novas áreas de preservação ambiental pode ser a alternativa mais eficaz para o governo na busca pela manutenção da biodiversidade da região amazônica e na promoção sustentável dos recursos naturais.

## 2.4 OS POVOS INDÍGENAS SAKURABIAT

O contato dos povos indígenas com outra civilização desde que os descobridores pisaram em terras brasileiras teve efeitos devastadores para os habitantes do “Novo Mundo”. Suas terras, seu modo de viver e suas culturas vem sofrendo transformações ao longo dos anos de aproximação, tudo isso consequência da diminuição das áreas necessárias para a sua reprodução física e cultural ocasionadas pelo avanço das fronteiras agrícola, pecuária e do grande assédio promovido por madeireiros e outros interessados nas riquezas naturais existentes em suas terras.

Segundo Simioni (2011), o choque entre as duas culturas, a civilizada e a indígena, foi fatal para esta última, principalmente em termos populacionais, percebida pela sua forte diminuição em função de doenças, guerras, trabalho escravo, perseguição e o processo de expansão econômica em que a penetração e ocupação territorial se desenharam.

Por muitos anos as políticas indigenistas no Brasil se preocuparam em integrar o índio à cultura do não-índio, entendendo que o desaparecimento desses povos seria algo inevitável. A Carta Política brasileira promulgada em 1988 inovou assegurando direitos especiais a esses povos, garantido o direito e usufruto exclusivo da terra por eles habitadas, contribuindo dessa forma para a reversão do quadro de diminuição da população indígena brasileira até então instalado (SIMIONI, 2011).

Na Amazônia os povos indígenas habitantes da região há mais de 10.000 anos, foram submetidos a diversos tipos de violência desde os tempos coloniais, o que levou esses povos a uma drástica redução populacional, no entanto, mesmo em decorrência de traumas de contato, desagregação cultural e ameaça ou perda da integridade territorial, os povos indígenas passam por uma recuperação demográfica significativa que apontam para projeções de crescimento superiores às médias regional e nacional (BRASIL, 2008).

A conservação do ecossistema amazônico conta com a participação das terras indígenas, que correspondem a cerca de 20% de toda sua superfície; esse fator permite a visualização de um cenário indígena de grande diversidade em relação à população, à dimensão e situação fundiária das terras que ocupam, às condições sanitárias e de segurança alimentar, e às relações com a sociedade envolvente (BRASIL, 2008).

Os primeiros registros sobre o contato entre não-índios e os povos indígenas que ocupavam a margem direita do rio Guaporé – Os Sakurabiat, remontam ao século XVII, e os documentos fazem referência a dois grupos: os Guajaratas e os Mequéns. Esses povos ficaram por muito tempo distante do contato com a sociedade envolvente, morando em lugares de difícil acesso, nas cabeceiras dos tributários do Guaporé na margem direita, como é o caso dos Sakurabiat (GALUCIO, 2003).

Nesse período sem contato, os povos de origem Tupi que habitavam as cabeceiras dos rios Mequéns, Colorado, São Simão, Branco, Verde e São Miguel, afluentes do rio Guaporé, foram fortemente prejudicados, pois, tiveram suas terras tradicionais invadidas e foram contaminados por várias doenças até então desconhecidas por eles. Muitos foram obrigados a trabalharem na extração de seringa para os exploradores da borracha. Estudos apontam que o povo indígena Sakurabiat teve sua população quase dizimada pelas doenças

trazidas pelo contato com seringueiros, epidemias como sarampo e a gripe foram as mais devastadoras (GALUCIO, 2003).

No ano de 1982 houve o primeiro contato por parte do órgão indigenista com a área que futuramente seria demarcada para o povo Sakurabiat, porém somente em 1983 após uma epidemia de gripe que dizimou cerca de 30 pessoas, é que foi restabelecido um contato mais estreito com a FUNAI (GALUCIO, 2003).

Anos depois, a FUNAI liderou um grupo de trabalho para apurar a real situação dos habitantes da área hoje demarcada. Os trabalhos do grupo identificaram a presença de cinco grandes grupos corporativos, incluindo serrarias e fazendas, explorando ilegalmente o comércio de madeira dentro da área indígena. Em 1996 a Terra Indígena Rio Mequéns foi demarcada e homologada, com uma área de 105.250 ha, bem inferior ao tamanho originalmente demandado pelos sakurabiat (GALUCIO, 2003).

### **3 METODOLOGIA**

Para percorrer os caminhos traçados no presente projeto e alcançar os objetivos propostos foram realizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, adotando na pesquisa a forma de abordagem qualitativa-descritiva (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.31).

As informações para os dados secundários foram obtidas em livros, artigos publicados em periódicos, dissertações e outros materiais referentes ao tema. Adotou-se, ainda, a pesquisa documental, para levantar o total dos valores repassados a título de ICMS ao município de Alto Alegre dos Parecis, junto a Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, e por conseguinte, junto ao município de Juína (MT) onde levantou-se os valores recebidos a título de ICMs Ecológico para proceder a comparação do total recebido de ICMs Ecológico com a Lei Orçamentária Anual demonstrando a sua representatividade no rol de receitas do município.

Para obtenção dos dados primários foram elaborados instrumentos semiestruturados com perguntas abertas e fechadas e aplicados ao prefeito municipal de Juína/MT e ao Secretário de Planejamento e Orçamento do município de Alto Alegre dos Parecis e aos Coordenadores Regionais da FUNAI em ambos os municípios envolvidos na pesquisa. A coleta de dados primários deu-se durante os meses de março a abril de dois mil e quatorze. No mesmo período, foi realizada pesquisa junto às comunidades indígenas Sakurabiat no município de Alto Alegre dos Parecis, e do povo Cinta Larga no município de Juína/MT,

especificamente com as lideranças das três aldeias existentes do povo Sakurabiat e com o membro presidente da diretoria da associação indígena Cinta Larga no município de Juína/MT, respectivamente.

O questionário foi aplicado ao Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento, este indicado pelo prefeito municipal de Alto Alegre dos Parecis como sendo a pessoa mais preparada para fazê-lo, ao servidor da FUNAI ligado a coordenação da Terra Indígena Rio Mequéns e lideranças da comunidade indígena com a finalidade de verificar quais as ações tem sido adotadas no sentido de implementar políticas de desenvolvimento sustentáveis tanto para o município quanto para a comunidade indígena Sakurabiat.

O município de Juína/MT tem em seu território total, aproximadamente 62% de áreas de conservação, divididas em terras indígenas (4), estações ecológicas (1) e parques ambientais (1), e por isso conta em seu orçamento com o repasse referente ao percentual do ICMS Ecológico redistribuído aos municípios. Parte dessa receita recebida é repassada às associações indígenas por meio de planos de aplicação, objetivando a melhoria da qualidade de vida sócio-econômica desses povos tradicionais.

Após a coleta de dados, procedeu-se a consolidação e análise dos mesmos, e realizou-se a comparação entre os dados obtidos do município de Alto Alegre dos Parecis com os dados obtidos do município e terra indígena de Juína (MT) onde parte dos recursos são transferidos para aplicação junto a comunidade indígena.

O estudo foi realizado junto ao município de Alto Alegre dos Parecis, por ser o município da microrregião de Cacoal com o maior percentual (45,41%) de ocupação da sua extensão territorial por uma Unidade de Conservação.

#### **4 CONTRIBUIÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO PARA A SUSTENTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS E DA COMUNIDADE INDÍGENA SAKURABIAT**

Neste capítulo será feita a análise da pesquisa realizada com indígenas e servidores públicos da FUNAI e dos municípios envolvidos no objeto do presente estudo, estando divididos em duas fases: 1 — pesquisa junto ao município de Alto Alegre dos Parecis com vista a verificar sobre a contribuição ou não do ICMS Ecológico para o seu desenvolvimento sustentável; 2 — análise dos dados do município de Juína/MT onde a receita do ICMS Ecológico possui regulamentação quanto a sua destinação para os povos indígenas desse município, com o objetivo de efetuar comparação com o município de Alto Alegre dos

Parecis, onde ainda é uma expectativa e uma conquista a ser realizada pelos povos tradicionais daquele município.

#### 4.1 A CONTRIBUIÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO PARA OS POVOS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Visando verificar sobre a contribuição do ICMS Ecológico, a pesquisa foi aplicada junto às três lideranças indígenas Sakurabiat da terra indígena Rio Mequéns, a FUNAI que é a instituição governamental responsável por proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, bem como aplicada ao Secretário de Planejamento do município de Alto Alegre dos Parecis.

Quanto ao perfil dos respondentes, observa-se que é condizente com o objetivo geral da pesquisa, pois alcançou personagens com grande potencial para contribuir com o processo de verificação da contribuição do ICMS Ecológico no contexto da pesquisa, onde, de um lado contemplou as principais lideranças indígenas e o coordenador da FUNAI local, este, responsável pelo planejamento e execução das ações voltadas diretamente à comunidade indígena Sakurabiat, e por fim o gestor da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, pasta responsável por articular, acompanhar e elaborar a política orçamentária do município.

Em relação ao conhecimento sobre o assunto, os dados confirmam que tanto o Secretário municipal quanto o coordenador da FUNAI responsável pela gestão da terra indígena Rio Mequéns, possuem o conhecimento da existência do ICMS Ecológico, e de que este contribui de alguma forma para o montante da arrecadação do município, no entanto, ainda não existe uma articulação entre FUNAI e Prefeitura a fim de se discutir a viabilidade em se destinar um percentual dos recursos arrecadados para ações voltadas à gestão sustentável do território indígena.

As lideranças indígenas reconhecem já terem ouvido falar sobre os benefícios que a Terra Indígena proporciona ao município de Alto Alegre dos Parecis no acréscimo de suas receitas. Porém, a falta de informação sobre o tema e a dificuldade em despertar as autoridades públicas para o debate, são fatores que comprometem o diálogo e privilegiam a inércia do processo reivindicatório.

Em relação a investimentos do município por meio de repasses direto a comunidade, tanto indígenas quanto a FUNAI são coerentes em afirmarem que em nenhum momento o

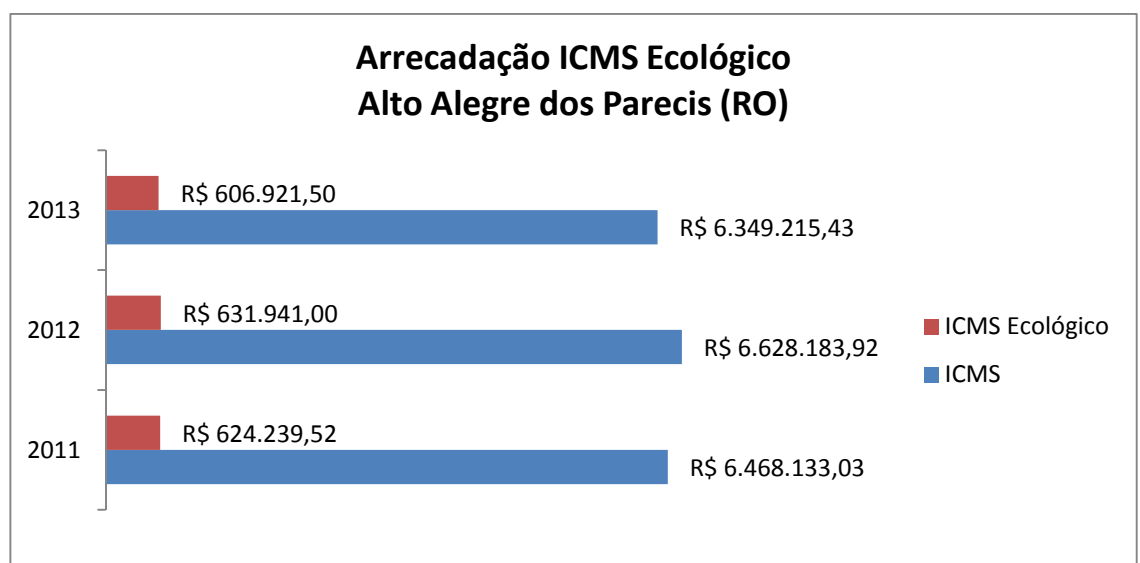
Ente Municipal repassou importância financeira para a comunidade, e/ou para alguma associação, que permitisse uma gestão própria dentro dos padrões culturais do povo indígena. No entanto é consenso a afirmação da existência de ações pontuais visando o melhoramento do acesso às aldeias por meio de intervenções na área da infraestrutura de estradas.

Ações voltadas ao incentivo à atividade agrícola como a distribuição de mudas de café entre outras, já foram realizadas, porém, sem o acompanhamento técnico necessário. Vale ressaltar que tais ações não vislumbram nenhum ato de conservação ou não estão relacionados ao objeto da presente pesquisa.

Na pesquisa realizada junto ao Secretario de Planejamento do município de Alto Alegre dos Parecis, nota-se que o entrevistado possui conhecimento relevante quanto a importância do ICMS Ecológico para as receitas do município, bem como para o seu desenvolvimento econômico, e para a manutenção de áreas tão importantes para a conservação da biodiversidade.

Em relação à destinação das receitas do ICM's Ecológico, segundo o Secretário, são todas aplicadas nos gastos correntes do município não tendo uma destinação específica. Desta forma o município tem por meio das ações voltadas ao melhoramento de estradas, na garantia de acesso à educação por meio do transporte dos alunos e no acesso aos serviços de saúde, a reversão da contribuição que a terra indígena acresce às receitas municipais (Figura 2).

**Figura 2:** Arrecadação ICMS Ecológico.



Fonte: Criado pelo autor (2014).

Dados obtidos junto a Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia.

Conforme demonstra a figura 2, o ICMs Ecológico representa parte significativa da cota parte de ICMS do município de Alto Alegre dos Parecis. Isso é proveniente da Terra Indígena e do Parque Estadual Corumbiara.

Quanto à contribuição do ICMs Ecológico para a criação de novas áreas de conservação dentro do município o Secretário destacou que a área ocupada já representa parte significativa da sua geografia não existindo políticas para a expansão ou criação de novas áreas. Em sua opinião a área ocupada oficialmente pelas áreas de preservação do município possuem um alcance além dos seus limites, pois, as condições da topografia, e a dificuldade de acesso, às áreas no entorno das áreas de preservação ambiental, são fatores que inviabilizam a exploração econômica dessas extensas faixas de terras tornando-as impróprias para a geração de renda.

Nesse sentido a contribuição para o erário municipal envolvendo essas áreas de conservação ambiental, pode ser considerada como sendo mais expressiva do que se a área fosse autorizada para a exploração econômica. Pois, não basta possuir grandes áreas para a produção agropecuária, é necessário existir outros fatores tais como: mão de obra, estradas em condições adequadas para escoamento da produção, acesso a matéria prima entre outros. Verifica-se serem estas algumas das muitas condições necessárias para mitigar possíveis fracassos na fixação do trabalhador na propriedade rural.

A pesquisa também apontou que não existe no âmbito do município uma regulamentação específica para a aplicação do ICMs Ecológico, até por que na visão do Secretário Municipal caso houvesse uma transferência para os povos indígenas esse dinheiro poderia não ser suficiente para custear as despesas com o melhoramento das estradas e possibilitar o transporte de alunos, bem como, o acesso aos serviços de saúde, todos, já oferecidos pelo município.

Quanto aos serviços de saúde é importante destacar que compete a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI a obrigatoriedade na prestação desses serviços, no entanto, o município disponibiliza por meio dos postos de saúde nos distritos localizados próximos as aldeias e na sede do próprio município o mesmo atendimento que já oferece ao cidadão não-índio. No que refere-se à educação cabe ao Estado a garantia desse direito, inclusive, as escolas que atendem a comunidade indígena recebem uma parcela maior de recursos para a compra de merenda e material escolar.

Na opinião do Secretário municipal os recursos do ICMs Ecológico ainda representam muito pouco perto da contribuição global que a área oferece ao planeta, devendo haver uma política de compensação por parte do Governo Federal. Destacou ainda que o



município deve avançar nas discussões e políticas para os povos indígenas, no entanto, é necessário um maior envolvimento do órgão indigenista com o executivo municipal, uma vez que toda e qualquer ação voltada a esses povos devem seguir as diretrizes da FUNAI.

#### 4.2 A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO ICMS ECOLÓGICO JUNTOS AOS POVOS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT

A pesquisa realizada junto ao município de Juína/MT contou com a participação do prefeito municipal da gestão 2013-2016, o Coordenador Regional Substituto da FUNAI e o presidente da Associação do Povo Indígena Cinta Larga Etereputya.

Segundo o presidente da associação indígena foram diversas as manifestações e reuniões que realizaram junto a Prefeitura para se conseguirem o compromisso do município quanto à destinação de parte do valor arrecadado a título de ICMS Ecológico.

De acordo com o representante da associação foi no ano de 2009 que o Prefeito em exercício assinou a Lei Municipal nº 1.081 de 15/05/09, garantindo o repasse anual de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a ser repassado em três parcelas. O coordenador da FUNAI em Juína/MT informou que a comunidade recebe recurso financeiro por meio de projetos elaborados junto à comunidade que após de discutido e aprovado é encaminhado para a Prefeitura um projeto com plano de aplicação, que depois de receber o aval da Câmara Municipal emite ordem bancária em favor da associação indígena dividido em três parcelas.

O coordenador destacou que a maior dificuldade enfrentada atualmente é quanto à correção do valor a ser repassado, pois, a Lei Municipal 1.081/2009 que estabeleceu o montante de R\$ 60.000,00, não previu um fator de correção natural, o que diminui o seu poder econômico em razão da inflação. Para o coordenador o valor repassado está longe de ser o ideal para se causar uma transformação, no entanto, já contribui com ações pontuais.

Conforme relatado pelo presidente da associação indígena, a destinação do dinheiro recebido é gasto conforme pactuado no plano de aplicação, e que esse dinheiro tem subsidiado as atividades de coleta da castanha e nas ações de monitoramento da terra indígena, com a aquisição de combustível, ferramentas e manutenção de veículos. Disse ainda que projetos de avicultura e criação de suínos também já foram contemplados com esse recurso, no entanto, não produziu os resultados esperados devido à falta de apoio técnico e a fatores culturais.

Já o coordenador da FUNAI, nesse sentido, acrescentou que a elaboração do plano de aplicação se norteia pelas áreas ambiental e social, voltadas a sustentabilidade do povo. De

acordo com o coordenador são associadas ações de gestão territorial tais como vigilância combinadas com a coleta de castanhas, extrativismo da seringa, caça e pesca.

Outra indagação apresentada ao presidente da associação foi se esse repasse estaria contribuindo para a sustentabilidade da comunidade indígena, e sobre isso ele informou que o recurso tem ajudado de forma pouca expressiva, e que, para se causar grandes transformações, o repasse deveria ser maior.

Para o coordenador da FUNAI o recurso contribui muito pouco para o desenvolvimento sustentável da comunidade, devendo se ampliar o percentual de repasse a fim de realmente poder se afirmar que o valor repassado agrega para o povo indígena geração de renda entre outros benefícios, no entanto, este afirmou que o ICMS Ecológico tem grande potencial para causar grandes transformações junto as comunidades indígenas, além de ser uma importante fonte de recursos, mesmo sendo inexpressivo financeiramente.

Perguntado se a comunidade recebe outro tipo de apoio por parte da Prefeitura, o representante indígena respondeu que recebem melhorias na malha viária, bem como a construção de pontes quando necessário. No mesmo sentido, o coordenador regional da FUNAI respondeu que mesmo de forma modesta o executivo municipal tem contribuído para o melhoramento da infraestrutura das aldeias, melhorando estradas e pontes, porém, medidas direcionadas a geração de renda e fixação do índio no seu território se apresentam de forma pouco expressiva, tendo havido ações pontuais no apoio técnico em alguns casos de atividades de piscicultura e agricultura.

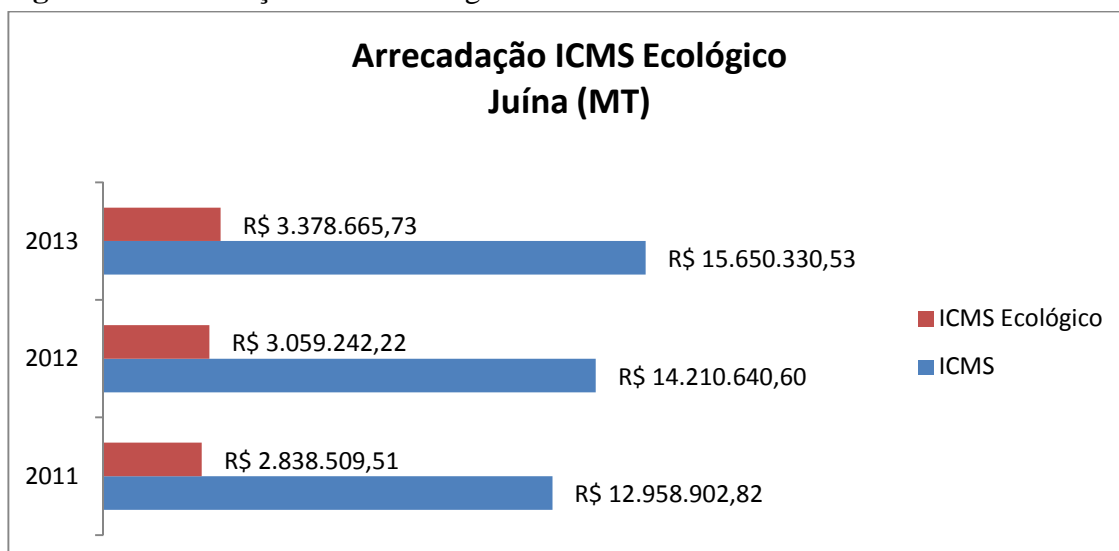
Buscando implementar as informações quanto a aplicação de recursos municipais no desenvolvimento socioeconômico do povo indígena Cinta Larga da Terra Indígena Aripuanã, foram obtidos junto à Prefeitura de Juína/MT as receitas oriundas da cota parte do ICMS repassado ao município pelo seu Estado nos anos de 2011 a 2013 (figura3).

No caso de Juína verifica-se que o repasse de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) à associação indígena do povo Cinta Larga tem pouca representatividade em termos financeiros na comparação com a parcela do ICMS Ecológico (R\$ 3.378.665,73, fig. 3) recebida pelo município.

Para o prefeito do município de Juína/MT a função do ICMS Ecológico é compensar o município pela diminuição da área de exploração econômica, não criando para o executivo municipal a obrigação em realizar investimentos na terra indígena por conta desse repasse. Vale ressaltar que tal posicionamento contradiz o que prevê a objetividade do ICMS Ecológico, que surgiu como alternativa de gestão ambiental com a missão de minimizar os

problemas ambientais que ao longo dos anos vem comprometendo a biodiversidade brasileira (VICENTE, 2004).

**Figura 3:** Arrecadação ICMS Ecológico.



Fonte: Criado pelo autor (2014).

Dados Obtidos junto a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso.

Segundo o atual prefeito no ano de 2009 o chefe do executivo daquela gestão propôs à Câmara Municipal em aprovar a transferência de uma parte do ICMS Ecológico para as associações indígenas o que foi aprovado por meio da Lei municipal nº 1.081 de 2009, que regulamentou o repasse anual de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a associação indígena Cinta Larga, sendo que esse valor sofre correções anualmente em decorrência da inflação, atribuindo ao município o pioneirismo em repassar parte desse recurso para os povos tradicionais.

De acordo com o prefeito municipal para se garantir a qualidade da execução dos repasses é necessário melhorar a parceria entre FUNAI, Município e Associação Indígena para permitir uma melhor execução das ações de saúde, educação, produção e recuperação das estradas.

Em matéria de produção, atualmente a área mais desenvolvida é quanto à produção de castanha do Brasil, sendo necessário expandir o leque de produtos produzidos pela comunidade indígena com o devido acompanhamento técnico, pois, por exemplo, de nada adiante a prefeitura construir viveiros para criação de peixes sem o devido planejamento e em épocas de seca faltar água, ou das cheias estourar os viveiros vindo a poluir os rios com espécies que não são nativas.

Para o Prefeito a parcela do ICMs Ecológico ainda é muito modesta não contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento do município, sendo necessário avançar e muito as discussões em torno do repasse, isso por que 62% do seu território é ocupado por terras indígenas e unidades de conservação, tendo o município potencial para arrecadar valor superior ao repassado, caso essa área estivesse apta para a exploração econômica. Nesse sentido, com o aumento do repasse seria possível transferir um valor maior para as associações indígenas até por que o município tem responsabilidades e obrigações com os povos tradicionais, também.

Além do repasse para as associações indígenas o município também realiza outras ações junto às comunidades, tais como, melhoramento das estradas, construção de pontes e viveiros para criação de peixes, todos com recursos próprios.

Para o prefeito é pouco viável incentivar estradas de boa qualidade na terra indígena por não haver produção, geração de renda, e que uma estrada para simples locomoção não motiva sua recuperação, é necessário incentivar o indígena a ficar no seu habitat para produzir o sustento da comunidade na própria terra indígena minimizando sua dependência da cidade.

Segundo o Prefeito há uma necessidade da FUNAI, se envolver mais na elaboração de projetos, em aumentar a sua contrapartida que hoje é pouco expressiva. Isso por que, quando se trata de terras indígenas toda e qualquer proposta de políticas públicas voltadas à comunidade indígena tem que contar com o aval do órgão indigenista.

#### 4.3 COMPARAÇÃO ICMs Ecológico em Alto Alegre dos Parecis X Juína (MT)

Da análise dos dados coletados nos municípios de Juína/MT e Alto Alegre dos Parecis/RO, verifica-se que o ICMs Ecológico tem grande potencial para subsidiar ações que visem a gestão sustentável da Terra Indígena Rio Mequéns, onde, ações que privilegiem a geração de renda para a comunidade por meio da exploração dos recursos renováveis da floresta e do incentivo às atividades produtivas, possam ser desenvolvidas de forma consorciada aos trabalhos de monitoramento do seu território contra a ação de invasores. Nesse sentido, tanto comunidade indígena quanto o município de Alto Alegre dos Parecis estariam sendo beneficiados uma vez que caso a Terra Indígena venha a ser alvo da ação predatória de madeireiros e mineradores o município poderá sofrer com a redução do repasse da cota parte do ICMS (Quadro 2).

**Quadro 2 – Comparação ICMs Ecológico**

| <b>Alto Alegre dos Parecis (RO)</b>  | <b>Juína (MT)</b>  |
|--|--|
| O ICMs Ecológico tem grande potencial para subsidiar ações que visem a gestão sustentável da T. I. Rio Mequéns.  | O ICMs Ecológico contribui para a gestão sustentável da T. I. Parque Aripuanã.   |
| O ICMs Ecológico não contribui para a geração de renda da comunidade indígena.   | O ICMs Ecológico tem contribuído com ações que privilegiam a geração de renda de forma sustentável na T. I. Parque Aripuanã.   |
| Não existe envolvimento da comunidade indígena no monitoramento da Terra Indígena.   | Há participação da comunidade indígena no monitoramento da Terra Indígena Parque Aripuanã apoiada com recursos do ICMs Ecológico.  |
| Não possui regulamentação para aplicação dos recursos do ICMs Ecológico.   | Já regulamentou o repasse do ICMs Ecológico para os povos indígenas.   |
| As receitas do ICMs Ecológico são utilizadas para custeio da administração pública (folha de pagamento, materiais de consumo, etc.).   | As receitas do ICMs Ecológico são destinadas parcialmente para associações indígenas e utilizadas para custeio da administração pública (folha de pagamento, materiais de consumo, etc.).                      |
| O ICMs Ecológico não apóia práticas de preservação e conservação da biodiversidade   | O ICMs Ecológico apóia de forma pouco expressiva a conservação e a preservação da biodiversidade.  |
| Não contribui para a conservação da cultura indígena.  | Há contribuição para a manutenção da cultura dos povos indígenas.  |
| A administração entende que a Terra Indígena tem papel relevante para o desenvolvimento econômico do município.  | A administração considera que a Terra Indígena não contribui para o desenvolvimento econômico do município.  |
| Não existe previsão de criação de novas áreas de conservação.  | Não há previsão de expansão das áreas de conservação.  |
| Para a administração municipal a contrapartida pelos benefícios gerados por ocasião da Terra Indígena, ocorrem por meio de serviços de saúde, educação e melhoramento de estradas. | A gestão municipal entende que ao oferecer serviços de saúde, educação, melhoramento de estradas e construção de pontes, já estaria dando a contrapartida pelos benefícios gerados em razão da Terra Indígena. |
| A comunidade indígena apresenta pouco conhecimento quanto ao tema ICMs Ecológico.  | A comunidade indígena apresenta grande conhecimento quanto ao tema ICMs Ecológico.   |

**Fonte:** Criado pelo Autor (2014).

Conforme se pode observar (quadro 2) Para que o ICMs Ecológico possa implementar o processo de praticas sustentáveis junto ao povo indígena Sakurabiat, é necessário que o Ente Municipal regulemente a sua destinação, vinculando desta forma a sua aplicação em políticas que contribua tanto para o desenvolvimento da comunidade indígena quanto para o do município. Do contrário essa receita será sempre destinada ao custeio da máquina pública, descaracterizando o seu caráter ecológico.

Dos resultados observados da aplicação do ICMs Ecológico no município de Juína (MT), depreende-se que mesmo sendo o repasse insignificante perto do que se arrecada de fato, percebe-se que os benefícios oriundos desse repasse são tidos como mitigadores no apoio às atividades extrativistas da castanha realizadas pela comunidade indígena naquele

município, isso se explica devido a carência de investimentos no suporte às atividades de etnodesenvolvimento, tanto da parte da FUNAI quanto do município de Juína.

Outra grande contribuição dada pelo repasse que o município realiza anualmente, diz respeito ao monitoramento da Terra Indígena em toda a sua dimensão territorial e de forma continuada, pois, devido a sua grande extensão torna-se desafiador para o poder público fazer-se presente nos seus milhares de hectares, só sendo possível com o envolvimento de toda a comunidade indígena que ali habita.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho objetivou verificar se o ICMs Ecológico tem contribuído para a sustentabilidade do município de Alto Alegre dos Parecis e da comunidade indígena Sakurabiat. Do ponto de vista econômico frisa-se que a sua participação nas receitas municipais tem sido o seu principal diferencial. Já na perspectiva dos objetivos para os quais foi idealizado esta longe de produzir uma transformação que verdadeiramente identifique a consciência preservacionista e do modo como a biodiversidade é vista para a manutenção das gerações atuais sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras.

O ICMs Ecológico é um excelente instrumento econômico a ser utilizado pela administração pública com ações voltadas à preservação da biodiversidade. No município de Alto Alegre dos Parecis/RO, lamentavelmente a única contribuição dessa redistribuição do ICMS se refere tão somente ao aumento das receitas municipais, visto que o fator unidade de conservação é o terceiro que mais contribui para o índice de participação do município numa lista que contempla seis fatores.

Ao percorrer os caminhos que levariam a conhecer a destinação das receitas oriundas do ICMs Ecológico, chegou-se a constatação de que não existem políticas por parte do Ente municipal quanto à aplicação e destinação desses recursos em ações voltadas à sustentabilidade do povo indígena Sakurabiat, nem do município de Alto Alegre dos Parecis.

Ponto importante para a compreensão dos resultados desta pesquisa reside na compreensão equivocada por parte da administração pública municipal de Alto Alegre dos Parecis (RO), de que a oferta de direitos básicos a população indígena no que concerne a educação, saúde e o melhoramento das estradas que dão acesso às aldeias, são serviços públicos ofertados em contrapartida aos benefícios econômicos que o município auferem em razão da Terra Indígena.

Tais mecanismos de retorno à comunidade indígena de serviços públicos não se justificam, uma vez que o município já recebe das esferas competentes parcela superior de recursos financeiros para a saúde e educação nos municípios onde o censo demográfico aponta a existência de povos tradicionais.

Verificou-se que a administração do município de Alto Alegre dos Parecis possui pouco conhecimento quanto a temática ICMs Ecológico, no entanto, o reconhecimento da importância da terra indígena para o município e para a biodiversidade foram reconhecidos como de suma importância, ao contrário desta visão foi a do prefeito municipal de Juína/MT, que entende serem as terras indígenas áreas mortas uma vez que não podem ser usadas para a exploração econômica.

Numa perspectiva fiscal de arrecadação do ICMs Ecológico no município de Juína/MT observa-se que o prefeito municipal não fala com propriedade quando destaca que a participação deste imposto nas receitas do município representam muito pouco, pois, como já se demonstrou na figura 3, estas receitas só no ano de 2013 foram de aproximadamente 21% de toda a cota parte do ICMS.

No entanto, pode-se afirmar que quanto ao repasse de recursos para a associação indígena, na comparação com os 21% que o município recebe a título de ICMs Ecológico o valor recebido representa pouco menos de 1,78% desse total. Nesse sentido sim, poder se ia dizer que o repasse é insignificante.

Por fim, sugere-se que a FUNAI realize a disseminação entre os povos indígenas no Estado de Rondônia sobre o assunto ICMs Ecológico a fim de que possam juntos mobilizarem as casas de leis de cada município que possuem terras indígenas a vincularem um percentual dessa receita para aplicação em políticas sustentáveis junto às comunidades indígenas.

Outra sugestão é que o Governo Federal possa criar uma política econômica que venha a compensar os municípios pela diminuição das áreas para exploração econômica, uma vez que os benefícios pela conservação da biodiversidade ultrapassam os limites geográficos para além das fronteiras nacional.

A análise da aplicação do ICMs Ecológico nos dois municípios pesquisados apontou a necessidade de se estabelecer mecanismos adicionais para a bonificação de Entes municipais que tem contribuído para a tão importante manutenção da conservação da biodiversidade, pois, todo gestor municipal tem a responsabilidade e o compromisso de cada vez mais oferecer serviços públicos de qualidade à sua população, isso faz com que a corrida por mais recursos financeiros a fim de suprir essa crescente demanda por serviços públicos conduza o gestor a canalizar suas receitas para setores onde a presença da população se

mostra mais intensa, desestimulando a manutenção das áreas protegidas já existentes e inibindo o surgimento de outras.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. **Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade**. Revista Parcerias Estratégicas, n. 12, set./2001. Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

ALMEIDA, Raquel Fernandes de. **ICMS Ecológico: Forma de arrecadação e aplicação no município de Juína**. Raquel Fernandes de Almeida, 2009.

ARAÚJO, Ana Valéria. “Terras Indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento”. In: **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza : o desafio das sobreposições** / organização Fany Ricardo. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2004.

BENSUSAN, N. **A Impossibilidade de ganhar a aposta e a destruição da natureza**. In: BENSUSAN, N. (Org.) *Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por quê*. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. *Seria Melhor Mandar ladrilhar?: Biodiversidade – como, para que e por quê*/IEB [organização de] Nurit Bensusan. – 2. ed. – São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=ErEoy9zha6sC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=ErEoy9zha6sC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 14 nov. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

Brasil. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira** / Presidência da República. – Brasília: MMA, 2008.

CERQUEIRA, Vagner de. **Unidades de Conservação**. Disponível em: <[www.brasilecola.com/biologia/unidades-conservacao.htm](http://www.brasilecola.com/biologia/unidades-conservacao.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2013.

DE OLHO NAS TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

FEARNSIDE, P. **Desmatamento na Amazônia Brasileira: história, índices e consequências**. Megadiversidade. 2005. Disponível em: <[www.conservation.org.br/publicacoes/files/16\\_Fearnside.pdf](http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/16_Fearnside.pdf)> Acesso em: 14 nov. 2013.



\_\_\_\_\_. **A floresta amazônica nas mudanças globais** / Philip M. Fearnside . - Manaus : INPA, 2003.

\_\_\_\_\_. **Projetos de Colonização na Amazônia Brasileira: Objetivos conflitantes e capacidade de suporte humano** / Philip M. Fearnside – Manaus: INPA, 1987.

GALUCIO, Ana Vilacy. **Sakurabiat**, Setembro, 2003. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/sakurabiat>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

GALLOIS, Dominique Tilkin. “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?”. In: **Terras indígenas & Unidades de Conservação da natureza : o desafio das sobreposições** / organização Fany Ricardo. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. [organizado por] Tatiana EngelGerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HEMPEL, Wilca Barbosa. **A Importância do princípio protetor recebedor para o desenvolvimento ambientalmente sustentável: o caso do Ceará** / Wilca Barbosa Hempel. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – PRODEMA - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

IMAZON. **Pressão humana na floresta amazônica brasileira = HumanpressureontheBrazilianAmazon Forest Biome** / Paulo Barreto et al; tradução de Glaucia Barreto e Tatiana Veríssimo. – Belém: WRI; Imazon, 2005. Disponível em: 17 nov. 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Disponível em: <[www.icmbio.gov.br/portal/](http://www.icmbio.gov.br/portal/)>. Acesso em: 14 nov. 2013.

JOÃO, C. G. **ICMS Ecológico um instrumento econômico de apoio à sustentabilidade**. Florianópolis, S. C. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. 275f. Dissertação (Doutorado em Engenharia de Produção). Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86810/223002.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

LOUREIRO, W. **O ICMS ecológico na Biodiversidade**. Curitiba: 2009. Disponível em: <[www.icmsecologico.org.br/images/artigos/a019.pdf](http://www.icmsecologico.org.br/images/artigos/a019.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2013.

MEDEIROS, R.; Young, C.E.F.; Pavese, H. B. & Araújo, F. F. S. 2011. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Disponível em: <[www.mma.gov.br/](http://www.mma.gov.br/)>. Acesso em 14 nov. 2013.

MOTA, José Aroudo e GAZONI, Jefferson Lorencini. **Plano Amazônia Sustentável: interações dinâmicas e sustentabilidade ambiental** / Texto 1731. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

PEREIRA, Maria do Socorro Barbosa. **ICMS Ecológico no contexto do desenvolvimento sustentável no município de Guajará-Mirim – RO** / Maria do Socorro Barbosa Pereira, 2013. 93 f.

REYDON, Bastiaan Philip. **O desmatamento da floresta amazônica: causas e soluções.** Política Ambiental, v. 1, p. 143-155, 2011.

SANTILLI, Márcio. “A cilada corporativa”. In: **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza : o desafio das sobreposições** / organização Fany Ricardo. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2004.

SCHNEIDER, FOLETO, Cristina, Eliane Maria. **A Manutenção de áreas protegidas e a produção de água.** Geografia: Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 182-189, 2009. Disponível em:  
<<http://cascavel.ufsm.br/revistageografia/index.php/revistageografia/article/viewFile/110/74>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

TUPIASSU, Lise Vieira da Costa, **A tributação como instrumento de concretização do direito ao meio ambiente: o caso do ICMS ecológico.** In: 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL. Teses/IndependentPapers. 2004.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. **ICMS Ecológico: Um enfoque ao aporte financeiro às Prefeituras Municipais**, 2004. In: 1º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS. Florianópolis. Florianópolis, 2004. Disponível em:  
<<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/1CCF/20090728140019.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

WWF-Brasil. **Efetividade de gestão das unidades de conservação no Estado de Rondônia.** WWF-Brasil, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: WWF-Brasil, 2011.

# APÊNDICE

**APÊNDICE– A**  
**ROTEIRO DE PESQUISA**

Gestor Municipal/Servidor ligado a administração do município de Alto Alegre Dos Parecis -  
RO

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Tempo na função: \_\_\_\_\_

O objetivo da pesquisa junto a este órgão é analisar a contribuição do ICMS Ecológico para o desenvolvimento sustentável do município de alto Alegre dos Parecis e da comunidade indígena Sakurabiat.

1) Tem conhecimento se o município recebe algum valor referente ICMS Ecológico?

( ) Sim                      ( ) Não

1.1 Se sim, sabe qual o impacto do valor do ICMS Ecológico no total do orçamento?

2) Qual a destinação desse recurso?

3) Existe um plano de aplicação para o recurso recebido referente o ICMS Ecológico?

( ) Sim                      ( ) Não

3.1 Quais as condições exigidas para o repasse desse recurso?

4) O recurso do ICMS Ecológico é repassado para as comunidades indígenas?

( ) Sim                      ( ) Não

4.1 Se sim, existe o acompanhamento da execução desse recurso?

5) O ICMS Ecológico contribui para o desenvolvimento do município?

( ) Sim                      ( ) Não

6) Tem o ICMS Ecológico contribuído para o desenvolvimento da comunidade indígena do município?

( ) Sim                      ( ) Não

6.1 Se sim, de que forma o ICMS Ecológico tem contribuído para esse desenvolvimento?

7) O ICMS Ecológico tem estimulado a criação de novas áreas de preservação?

( ) Sim                      ( ) Não

8) No Plano Plurianual do Município – PPA, é previsto políticas de fomento a geração de renda e promoção dos direitos sociais dos povos tradicionais?

( ) Sim                      ( ) Não

9) O ICMS Ecológico tem regulamentação quanto a sua destinação e aplicação no município?

( ) Sim                      ( ) Não

9.1 Se não, existe projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal?

( ) Sim                      ( ) Não

**APÊNDICE – B**  
**ROTEIRO DE PESQUISA**

Gestor Municipal/Servidor ligado a administração do município de Juína - MT

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Tempo na função: \_\_\_\_\_

O objetivo da pesquisa junto a este órgão é analisar a contribuição do ICMS Ecológico para o desenvolvimento sustentável do município de alto Alegre dos Parecis e da comunidade indígena Sakurabiat.

1) Tem conhecimento se o município recebe algum valor referente ICMS Ecológico?

( ) Sim                      ( ) Não

1.1 Se sim, sabe qual o impacto do valor do ICMS Ecológico no total do orçamento?

2) Qual a destinação desse recurso?

3) Existe um plano de aplicação para o recurso recebido referente o ICMS Ecológico?

( ) Sim                      ( ) Não

3.1 Quais as condições exigidas para o repasse desse recurso?

4) O recurso do ICMS Ecológico é repassado para as comunidades indígenas?

( ) Sim                      ( ) Não

4.1 Se sim, existe o acompanhamento da execução desse recurso?

5) O ICMS Ecológico contribui para o desenvolvimento do município?

( ) Sim                      ( ) Não

6) Tem o ICMS Ecológico contribuído para o desenvolvimento da comunidade indígena do município?

( ) Sim                      ( ) Não

6.1 Se sim, de que forma o ICMS Ecológico tem contribuído para esse desenvolvimento?

7) O ICMS Ecológico tem estimulado a criação de novas áreas de preservação?

☐ Sim                      ☐ Não

8) No Plano Plurianual do Município – PPA, é previsto políticas de fomento a geração de renda e promoção dos direitos sociais dos povos tradicionais?

☐ Sim                      ☐ Não

9) O ICMS Ecológico tem regulamentação quanto a sua destinação e aplicação no município?

☐ Sim                      ☐ Não

9.1 Se não, existe projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal?

☐ Sim                      ☐ Não

**APÊNDICE – C**  
**ROTEIRO DE PESQUISA**

Lideranças indígenas da comunidade Sakurabiat / Alto Alegre dos Parecis - RO

Nome: \_\_\_\_\_

Tipo de liderança: \_\_\_\_\_ Tempo na liderança: \_\_\_\_\_

O objetivo da pesquisa junto a este órgão é analisar a contribuição do ICMS Ecológico para o desenvolvimento sustentável do município de alto Alegre dos Parecis e da comunidade indígena Sakurabiat.

1) Já ouviu falar do ICMS Ecológico?

( ) Sim                      ( ) Não

1.1 Se sim, tem conhecimento se o município recebe esse recurso?

( ) Sim                      ( ) Não

2) A comunidade recebe apoio financeiro do município?

( ) Sim                      ( ) Não

2.1 Se sim, de que forma esse dinheiro chega até a comunidade?

2.2 Como a comunidade utiliza esse recurso?

3) O município apóia atividades na comunidade que não seja por meio de repasse de recursos?

( ) Sim                      ( ) Não

3.1 Que tipo de ações recebem o apoio?



**APÊNDICE – D**  
**ROTEIRO DE PESQUISA**

Lideranças indígenas da comunidade Cinta Larga / Juína - MT

Nome: \_\_\_\_\_

Tipo de liderança: \_\_\_\_\_ Tempo na liderança: \_\_\_\_\_

O objetivo da pesquisa junto a este órgão é analisar a contribuição do ICMS Ecológico para o desenvolvimento sustentável do município de alto Alegre dos Parecis e da comunidade indígena Sakurabiat.

1) Já ouviu falar do ICMS Ecológico?

( ) Sim                      ( ) Não

1.1 Se sim, tem conhecimento se o município recebe esse recurso?

( ) Sim                      ( ) Não

2) A comunidade recebe apoio financeiro do município?

( ) Sim                      ( ) Não

2.1 Se sim, de que forma esse dinheiro chega até a comunidade?

2.2 Como a comunidade utiliza esse recurso?

3) O município apóia atividades na comunidade que não seja por meio de repasse de recursos?

( ) Sim                      ( ) Não

3.1 Que tipo de ações recebem o apoio?

**APÊNDICE – E**  
**ROTEIRO DE PESQUISA**

Servidor da FUNAI ligado a coordenação da Terra Indígena Rio Mequéns em Alto Alegre dos  
Parecis - RO

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Tempo na função: \_\_\_\_\_

O objetivo da pesquisa junto a este órgão é analisar a contribuição do ICMS Ecológico para o desenvolvimento sustentável do município de alto Alegre dos Parecis e da comunidade indígena Sakurabiat.

1) Já ouviu falar do ICMS Ecológico?

( ) Sim                      ( ) Não

1.1 Se sim, tem conhecimento se o município recebe esse recurso?

( ) Sim                      ( ) Não

2) A comunidade recebe apoio financeiro do município?

( ) Sim                      ( ) Não

2.1 Se sim, de que forma esse dinheiro chega até a comunidade?

2.2 Como a comunidade utiliza esse recurso?

3) O município apóia atividades na comunidade que não seja por meio de repasse de recursos?

( ) Sim                      ( ) Não

3.1 Que tipo de ações recebem o apoio?

**APÊNDICE – F**  
**ROTEIRO DE PESQUISA**

Servidor da FUNAI ligado a coordenação da Terra Indígena Aripuanã em Juína - MT

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Tempo na função: \_\_\_\_\_

O objetivo da pesquisa junto a este órgão é analisar a contribuição do ICMS Ecológico para o desenvolvimento sustentável do município de alto Alegre dos Parecis e da comunidade indígena Sakurabiat.

1) Já ouviu falar do ICMS Ecológico?

( ) Sim                      ( ) Não

1.1 Se sim, tem conhecimento se o município recebe esse recurso?

( ) Sim                      ( ) Não

2) A comunidade recebe apoio financeiro do município?

( ) Sim                      ( ) Não

2.1 Se sim, de que forma esse dinheiro chega até a comunidade?

2.2 Como a comunidade utiliza esse recurso?

3) O município apóia atividades na comunidade que não seja por meio de repasse de recursos?

( ) Sim                      ( ) Não

3.1 Que tipo de ações recebem o apoio?

# ANEXO

## ANEXO –A

**Tabela 1 - Unidade de Conservação de Rondônia**

| Instância de gestão | Unidade de Conservação   | Área (há)           | Data da criação |
|---------------------|--------------------------|---------------------|-----------------|
|                     | <b>Proteção Integral</b> | <b>934.238,90</b>   |                 |
|                     | EE Antonio Mojica Nava   | 18.280,85           | 07/11/1996      |
|                     | EE Samuel                | 71.060,72           | 18/07/1989      |
|                     | EE Serra dos Três Irmãos | 97.846,70           | 28/03/1990      |
|                     | PE Corumbiara            | 424.339,11          | 23/03/1990      |
|                     | PE Guajará Mirim         | 207.148,27          | 23/03/1990      |
|                     | PE Serra dos Reis        | 36.442,25           | 01/08/1995      |
|                     | RB Rio Ouro Preto        | 56.581,00           | 28/03/1990      |
|                     | RB Traçadal              | 22.540,00           | 28/03/1990      |
|                     | <b>Uso Sustentável</b>   | <b>1.255.600,27</b> |                 |
|                     | APA Rio Madeira          | 6.741,00            | 06/06/1991      |
|                     | FERS Araras              | 964,77              | 08/10/1996      |
|                     | FERS Cedro               | 2.566,74            | 08/10/1996      |
|                     | FERS Gavião              | 440,39              | 08/10/1996      |
|                     | FERS Mutum               | 11.471,04           | 08/10/1996      |
|                     | FERS Periquitos          | 1.162,55            | 08/10/1996      |
|                     | FERS Rio Machado         | 115.750,34          | 23/03/1990      |
|                     | FERS Rio Madeira A       | 62.986,06           | 23/03/1990      |
|                     | FERS Rio Madeira B       | 51.856,07           | 23/03/1990      |
| Estadual            | FERS Rio Vermelho B      | 31.568,86           | 28/03/1990      |
|                     | FERS Rio Vermelho C      | 4.050,12            | 23/03/1990      |
|                     | FERS Tucano              | 659,56              | 08/10/1996      |
|                     | Resex Angelim            | 8.923,20            | 04/09/1995      |
|                     | ResexAquariquara         | 18.100,00           | 04/09/1996      |
|                     | Resex Castanheira        | 10.200,00           | 04/09/1995      |
|                     | Resex Curralinho         | 1.757,65            | 14/07/1995      |
|                     | Resex Freijó             | 600,00              | 04/09/1995      |
|                     | Resex Garrote            | 802,51              | 04/09/1995      |
|                     | Resex Ipê                | 815,46              | 04/09/1995      |
|                     | ResexItauba              | 1.758,07            | 04/09/1995      |
|                     | ResexMaracatiara         | 9.503,12            | 04/09/1995      |
|                     | Resex Massaranduba       | 5.566,00            | 04/09/1995      |
|                     | Resex Mogno              | 2.450,11            | 04/09/1995      |
|                     | Resex Pacaás Novos       | 342.903,00          | 14/07/1995      |
|                     | Resex Pedras Negras      | 124.124,10          | 14/07/1995      |
|                     | ResexPequiá              | 1.448,92            | 04/09/1995      |
|                     | Resex Rio Cautário       | 144.371,65          | 08/08/1995      |
|                     | Resex Rio Preto Jacundá  | 95.000,00           | 17/01/1996      |
|                     | Resex Roxinho            | 882,21              | 04/09/1995      |
|                     | Resex Seringueiras       | 537,46              | 04/09/1995      |
|                     | Resex Sucupira           | 3.180,00            | 21/12/1998      |
|                     | Resex Jaci Paraná        | 191.324,31          | 17/01/1996      |
|                     | Resex Jatobá             | 1.135,00            | 21/12/1998      |
|                     | <b>Total Estadual</b>    | <b>2.189.839,17</b> |                 |
|                     | <b>Proteção Integral</b> | <b>1.969.775,00</b> |                 |
|                     | EE de Cuniã              | 53.220,00           | 27/09/2001      |
|                     | PN Serra da Cutia        | 283.604,00          | 01/08/2001      |
|                     | PN Pacaás Novos          | 764.801,00          | 21/09/1978      |
|                     | RB do Guaporé            | 600.000,00          | 20/09/1982      |
|                     | RB do Jarú               | 268.150,00          | 11/07/1979      |
| Federal             | <b>Uso sustentável</b>   | <b>1.161.162,47</b> |                 |

|  |                                 |                     |                   |
|--|---------------------------------|---------------------|-------------------|
|  | <b>FNde Jacundá</b>             | <b>220.664,00</b>   | <b>01/12/2004</b> |
|  | <b>FN do Bom Futuro</b>         | <b>280.000,00</b>   | <b>21/06/1988</b> |
|  | <b>FN do Jamari</b>             | <b>220.000,00</b>   | <b>21/09/1984</b> |
|  | <b>Resex Barreiro das Antas</b> | <b>106.248,47</b>   | <b>07/08/1991</b> |
|  | <b>Resex Lago do Cuniã</b>      | <b>55.850,00</b>    | <b>10/11/1999</b> |
|  | <b>Resex do Rio Cautário</b>    | <b>73.817,00</b>    | <b>07/08/2001</b> |
|  | <b>Resex do Rio Ouro Preto</b>  | <b>204.583,00</b>   | <b>13/03/1990</b> |
|  | <b>Total federal</b>            | <b>3.130.937,47</b> |                   |
|  | <b>Total em Rondônia</b>        | <b>5.320.776,64</b> |                   |

Fonte: Adaptado de WWF-Brasil (2013).

## ANEXO – B

**Quadro 2** – Estados que distribuem o ICMS Ecológico

| <b>Estados</b>     | <b>Fundamento Legal</b>                           | <b>%</b> | <b>Critério de repartição</b>  |
|--------------------|---|----------|--|
| Acre               | Lei Estadual nº 1.530, de 22 de janeiro de 2004   | 5%       | Existência de unidades de conservação;   |
| Amapá              | Lei Estadual nº 322, de 23 de dezembro de 1996    | 1,4%     | Existência de unidades de conservação;   |
| Ceará              | Lei Estadual nº 14.023, de 17 de dezembro de 2007 | 2%       | Índice municipal de qualidade do meio ambiente;  |
| Mato Grosso        | Lei Complementar nº 73, de 7 de dezembro de 2000  | 7%       | 5% da arrecadação do ICMS para os Municípios que possuam áreas em unidades de conservação e terras indígenas;<br>2% para os Municípios que possuam serviço de esgoto sanitário e coleta de lixo para maioria da população.   |
| Mato Grosso do Sul | Lei Complementar nº 77, de 7 de dezembro de 1994  | 5%       | Leva em consideração a área de conservação de cada Município ou influenciadas por mananciais de abastecimento e populações indígenas. Também são computados, entre outros elementos, a conservação das categorias de manejo e o coeficiente de conservação por biodiversidade. |
| Minas Gerais       | Lei Estadual nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995 | 1%       | Adota o critério de UC e o do Índice de Saneamento Ambiental – referente a aterros sanitários, estação de tratamento de esgoto e usinas de compostagem;  |
| Pará               | Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012     | 8%       | Utiliza o critério UC e o da gestão ambiental dos municípios.  |
| Tocantins          | Lei Estadual nº 1.323, de 4 de abril de 2002      | 13%      | a) Política Municipal de Meio Ambiente (2%);<br>b) Unidades de Conservação e Terras Indígenas (3,5%);<br>c) Controle de queimadas e combate a incêndios (2%);<br>d) Conservação do solo (2%);  |

|                   |   |      |   |
|-------------------|---|------|---|
|                   |   |      | e) Saneamento básico, conservação da água, coleta e destinação do lixo (3,5%).  |
| Goiás             | Lei Complementar nº 90, de 22 de dezembro de 2011 | 5%   | Unidade de Conservação e o da existência de mananciais de abastecimento público.  |
| Rio Grande do Sul | Lei Estadual nº 11.038, de 14 de novembro de 1997 | 7%   | Com base na relação percentual entre a área do Município (multiplicando-se por três as áreas de conservação e aquelas inundadas por barragens, exceto as localizadas nos Municípios sedes das usinas hidroelétricas) e a área do Estado.  |
| São Paulo         | Lei Estadual nº 8.510, de 23 de dezembro de 1993  | 0,5% | Pela existência de espaços territoriais especialmente protegidos.   |
| Rio de Janeiro    | Lei Estadual nº 2.664, de 27 de dezembro de 1996  | 2,5% | 45% do percentual destinado aos Municípios considerando a área e efetiva implantação das unidades de conservação das Reservas Particulares do patrimônio Natural e Áreas de Preservação Permanente;<br>30% do percentual destinado aos Municípios considerando o índice de qualidade ambiental dos recursos hídricos;<br>25% do percentual destinado aos Municípios considerando a coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos. |
| Piauí             | Lei Estadual nº 5.813, de 3 de dezembro de 2008   | 5%   | A existência de selo ambiental.   |
| Pernambuco        | Lei Estadual nº 11.899, de 21 de dezembro de 2000 | 5%   | Municípios que possuam unidades de conservação;<br>Municípios que possuam unidades de compostagem ou aterro sanitário controlado.   |
| Paraíba           | Lei Estadual nº 9.600, de 21 de dezembro de 2011  | 10%  | 5% aos municípios que possuam unidades de conservação e 5% aos municípios que promovam o tratamento de lixo domiciliar coletado.  |

Fonte: Site ICMS Ecológico (2013).